



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 20/05/2025 12:47:16.100 - CSAUDE

REQ n.132/2025

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO N° , DE 2025
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Requer a convocação do Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, para prestar esclarecimentos sobre a distribuição de verbas no âmbito do Ministério da Saúde, conforme denúncias recentes.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219 e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **CONVOCAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, para comparecer a esta Comissão de Saúde, a fim de prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias envolvendo a distribuição de verbas no âmbito do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal de 88, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer uma de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259070115900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Paulo Bilynskyj e outros



* CD259070115900 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 20/05/2025 12:47:16.100 - CSAUDI

REQ n.132/2025

A reportagem publicada em 16 de maio de 2025 pelo portal UOL, assinada pela jornalista Natália Portinari, trouxe à tona indícios da existência de um novo esquema de destinação de recursos federais no Ministério da Saúde. Segundo a matéria, parlamentares da base aliada estariam sendo orientados a encaminhar, de forma informal e sem registros públicos, indicações de municípios que deveriam ser contemplados com repasses vultosos da União. A operação, conforme a denúncia, envolveria valores na ordem de R\$ 3 bilhões já distribuídos, podendo atingir R\$ 8 bilhões até o final do exercício.

O modelo relatado guarda semelhança estrutural com o que ficou conhecido como “orçamento secreto” – mecanismo amplamente criticado e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal –, no qual verbas da União eram alocadas mediante indicações informais e sem transparência, ferindo frontalmente os deveres republicanos de controle, planejamento orçamentário e igualdade federativa.

No caso presente, os recursos em questão estariam sendo operacionalizados por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), com base em um formulário eletrônico genérico, que não exige assinatura digital, protocolo formal ou publicidade da solicitação. Ainda de acordo com a denúncia, a escolha dos municípios favorecidos seria intermediada por operadores políticos e não seguiria critérios técnicos ou transparentes, o que enfraquece a credibilidade do processo e levanta sérias dúvidas sobre a regularidade dos procedimentos adotados.

É dever desta Comissão de Saúde, como órgão técnico de controle e fiscalização das ações de governo na área da saúde, apurar com profundidade todos os elementos relacionados à gestão de recursos públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente quando há indícios de práticas que possam comprometer a integridade institucional e a equidade no acesso às políticas públicas.

A eventual existência de um “novo orçamento secreto” na área da saúde representa risco grave à moralidade administrativa, ao controle democrático dos gastos públicos e à isonomia entre os entes federados, podendo configurar, em tese, desvio de



* CD259070115900*



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

finalidade, favorecimento político-partidário, violação da lei orçamentária e improbidade administrativa.

A presença do Ministro Alexandre Padilha será fundamental para esclarecer os fatos, demonstrar o compromisso da administração pública com a transparência e permitir que o Parlamento cumpra sua missão fiscalizatória com plenitude, em defesa do interesse público e da Constituição da República.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)

Deputado GUSTAVO GAYER
(PL-GO)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259070115900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Paulo Bilynskyj e outros

Apresentação: 20/05/2025 12:47:16.100 - CSAUDI

REQ n.132/2025



* C D 2 5 9 0 7 0 1 1 5 9 0 0 *



Requerimento de Convocação de Ministro de Estado na Comissão (art. 50, CF)

Deputado(s)

- 1 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 2 Dep. Gustavo Gayer (PL/GO)

